

# CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO DAS CIDADES - O EXEMPLO DE SALVADOR/BAHIA

**Maria Noelia de Araújo Silva** - Geógrafa ó Mestranda em Geografia da UFBA, e-mail:

[nollinhalopes@yahoo.com.br](mailto:nollinhalopes@yahoo.com.br)

**Augusto César da Silva Machado Copque** - Geógrafo ó Mestrando em Engenharia Ambiental Urbana da

UFBA, [augustocopque@gmail.com](mailto:augustocopque@gmail.com)

**Dante Severo Giudice** ó Docente da Universidade Católica do Salvador e Doutorando em Geografia da UFS.

## RESUMO

O desenvolvimento tecnológico contribui em grande escala para o crescimento das cidades, e estas, por representar uma totalidade de relações culturais, políticas, econômicas e sociais, são as principais precursoras de uma nova reorganização do espaço, implicando na modificação das paisagens associadas aos diversos impactos ambientais. O objetivo deste trabalho foi identificar as características que contribuíram para o crescimento das cidades, analisando o processo evolutivo ao longo dos últimos anos e as consequências desse crescimento, principalmente nos ecossistemas costeiros, sobretudo, na cidade de Salvador. É notável, que a falta de planejamento na estruturação das maiorias das cidades brasileiras, vem provocando conflitos entre o ambiente natural e o crescimento físico-urbanístico principalmente nas grandes cidades, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras. Ou seja, quanto maior a cidade, maiores serão os impactos ambientais, decorrentes do processo de urbanização acelerado sem nenhuma infra-estrutura, ao manejo e ocupação informal do solo e a especulação imobiliária, os quais acarretam as mais variadas formas de degradação dos ambientes urbanos, dentre eles, o desaparecimento de áreas verdes, poluição do solo, do ar e das águas, principalmente dos rios que além de canalizados são transformados em grandes canais de esgotos, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais, além da degradação em áreas costeiras contribuindo para a extinção de diversos ecossistemas. Nos ecossistemas costeiros (dunas, manguezais, praias, etc.) há um verdadeiro equilíbrio natural entre as espécies, apesar de grandes vulnerabilidades ambientais. Embora existam diversas leis de proteção ambiental no Brasil, nessas áreas atualmente essas leis não estão sendo cumpridas.

**PALAVRAS CHAVE:** Expansão Urbana, Ecossistema Manguezal e Impactos Ambientais.

## **INTRODUÇÃO**

A população humana antes dos avanços técnico-científicos estava concentrada, em sua maioria, nas áreas rurais. Com o desenvolvimento tecnológico no campo inicia-se o processo de crescimento das cidades devido principalmente ao deslocamento das pessoas do campo (êxodo rural) em busca de melhores condições de vida, como melhores condições de trabalho, escolas, hospitais, facilidades nos transportes, variedades de bens e serviços e outros. Outro fator que contribuiu para este deslocamento foi a expansão das grandes propriedades rurais juntamente com a mecanização agrícola expulsando os agricultores da zona rural e causando o aumento populacional nas grandes cidades.

Por possuir uma organização cultural e estrutural (SILVA, 1997), as cidades proporcionam um estilo de vida diferenciado do campo. Mas, o que é a cidade? E quais as conseqüências do crescimento urbano principalmente nas cidades subdesenvolvidas?

A cidade (polis) é tradicionalmente vista como aglomeração urbana ou um espaço urbano, de obras, de estruturação urbana e funções específicas. A cidade é mais do que aglomeração urbana, ela é centro da vida social e política (centro de decisões) (SANTOS, 1994).

Desse modo, a cidade representa uma totalidade de relações culturais, políticas, econômicas e sociais. De acordo com Corrêa (1997), a cidade é o lugar onde o meio ambiente é caracterizado predominantemente pela magnitude da segunda natureza.

O crescimento das cidades trouxe, dentre outras conseqüências, os impactos ambientais, principalmente nas áreas costeiras, como é o caso de algumas cidades brasileiras (Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Florianópolis, dentre outras). Esses impactos ambientais estão relacionados às mudanças sociais e ecológicas em movimento (GUERRA e CUNHA, 2001) como, por exemplo, o processo da expansão urbana, que provoca mudanças na paisagem.

Geralmente o crescimento das cidades reforça problemas de ordem ambiental. As agressões ao meio ambiente ocorrem devido a um somatório de fatores, ligados basicamente ao uso e ocupação informal do solo, ao crescimento da malha urbana sem o acompanhamento adequado de recursos de infra-estrutura e a expansão imobiliária. Assim, áreas inadequadas, como APPs, são ocupadas pela população, acarretando o comprometimento dos recursos ambientais, com prejuízo para a sociedade como um todo, especialmente os que são obrigados a conviver dia a dia em situação precária (LOPES e MOURA, 2006).

## **METODOLOGIA**

Para realização do estudo sobre crescimento das cidades e os impactos ambientais na cidade de Salvador, foram levantados dados bibliográficos (referentes à expansão urbana desta cidade e suas conseqüências impactantes); dados cartográficos (imagens áreas da base da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e o uso mapas temáticos da base da Secretária de Planejamento e Meio Ambiente de Salvador (SEPLAN); documentos legislativos (análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentre outros) além de fotografias de visitas itinerantes.

## IMPACTOS AMBIENTAIS EM ÁREAS URBANAS

Os estudos sobre os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais (COELHO, 2001).

É notório que o crescimento das cidades causa diversos impactos ambientais. Tais impactos decorrentes da expansão urbana (formal ou informal) são visíveis e causam danos ao meio natural, juntamente a toda sociedade que nele habita (figura 3 ó A e B). O crescimento acelerado e mal planejado das cidades está acarretando sérios prejuízos à natureza, dos quais se destaca o desmatamento da vegetação nativa para estruturação da rede urbana e toda sua infraestrutura, alteração do micro-clima, poluição atmosférica, da água, do solo, e principalmente degradação em áreas costeiras destruindo diversos ecossistemas.

Modelo de ocupação Informal



Modelo de Ocupação Formal



**Figura 3** ó Impactos ambientais em áreas urbanas, Orla Atlântica de Salvador/BA, Fonte: Copque, 2006. Fonte: [www.biomedcentral.com/content/figures/1472-698X-7-2-](http://www.biomedcentral.com/content/figures/1472-698X-7-2-), consulta em 02/09/2007.

No modelo urbanístico brasileiro há uma relação direta entre as moradias pobres, e áreas totalmente frágeis à beira de córregos, rios e reservatórios, encostas, manguezais e várzeas (figura 4).

Deste modo, juridicamente, o conceito de impacto ambiental refere-se aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Na região Nordeste do Brasil, por exemplo, os impactos urbanos continuam sendo um dos maiores do nosso país (SEMARH, 2006).

Portanto, fenômenos naturais como tempestades, enchentes, incêndios florestais por causa natural, terremotos e outros apesar de provocarem as alterações não se caracterizam como impacto ambiental (CONAMA nº 001/1986, art. 1º).

Os impactos ambientais existentes em



**Figura 4** - ocupação em áreas risco, Rio Grande do Norte, Fonte: Foto: <http://www.escandalodomeioambientern.cjb.net/>, consulta em 02/09/2007.

áreas urbanas ocorrem de maneiras distintas. Em locais de ocupações formais, estes não são os mesmos e tampouco são percebidos da mesma forma que os de ocupação de baixa renda.

Neste contexto, os impactos ambientais, segundo a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/1986, art. 6 e a Deliberação CECA nº 1078/87 (RJ), podem ser classificados em:

**a) Impacto negativo:** quando a ação resulta em um dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental (por exemplo, lançamento de efluentes domésticos ou industriais não tratados no rio e depósito de lixo nas margens);

**b) Impacto direto:** resultante de uma simples relação de causa e efeito (por exemplo, perda de diversidade biológica como o aterro em áreas de manguezais, tendo a possibilidade de ocorrer a partir da ocupação irregular);

**c) Impacto local:** quando a ação afeta apenas o próprio sítio e suas imediações (movimento de massa ou deslizamentos);

**d) impacto estratégico:** quando o componente ambiental afetado tem relevante interesse coletivo ou nacional (por exemplo, a Bacia do Rio São Francisco e seus mananciais);

**e) Impacto a médio ou longo prazo:** quando o impacto se manifesta certo tempo após a ação (por exemplo, a ocorrência de ocupação informal nas encostas, como é caso de algumas áreas do subúrbio de Salvador), e;

**f) Impacto permanente:** quando, uma vez executada a ação, os efeitos não cessam de se manifestar num horizonte temporal conhecido (por exemplo, a derrubada do mangue para construção).

Assim, com base na forma de organização social, e tendo em vista o crescimento econômico e a conservação ambiental, a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também conhecida como a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, trouxe o conceito de sustentabilidade ambiental, qualidade do ar e da vida. Conforme o documento intitulado Nosso Futuro Comum (1987), também conhecido como Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Mas, diante do modelo capitalista (produção e lucro), o termo sustentabilidade sofre restrições no que diz respeito à utilização dos recursos naturais.

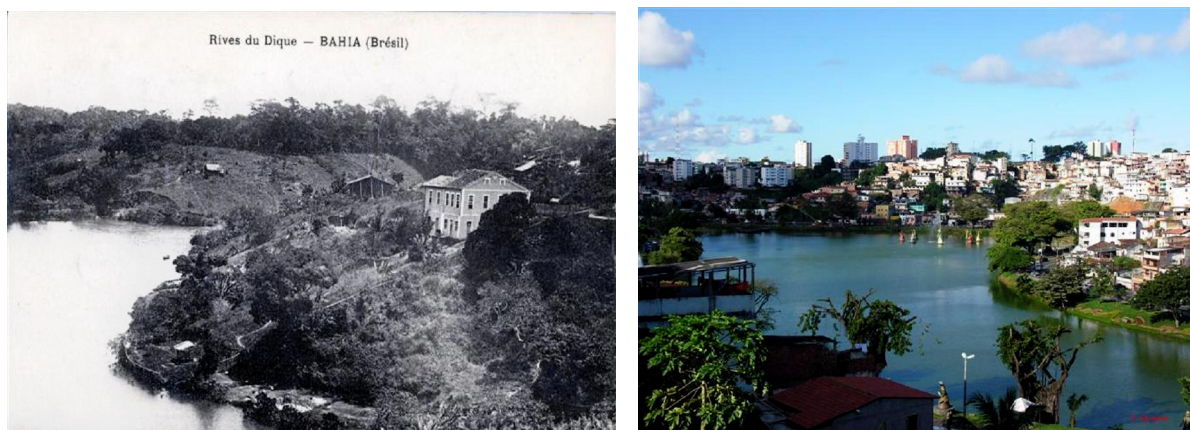
A mudança no rumo do tratamento do meio ambiente, diante do desenvolvimento sustentável, provocou limites no processo de degradação e poluição dos ecossistemas, principalmente nos costeiros, tanto no longo quanto no curto prazo.

## CRESCIMENTO URBANO E MUDANÇAS NA PAISAGEM

Em muitas cidades brasileiras onde o processo do crescimento urbano ocorre de forma acelerada e sem um planejamento adequado, as mudanças nas paisagens urbanas são significativas. Tais mudanças podem ser observadas na falta de infra-estrutura (boas condições de moradia, saneamento básico, transportes, entre outros.) e nos impactos ambientais (uso inadequado do solo, destruição de áreas verdes, soterramento de rios e manguezais, poluição atmosférica, etc.).

Conforme Bertrand (1971), a paisagem não é simples adição de elementos geográficos dispartados. E ainda segundo ele, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e humanos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em permanente evolução. O problema maior desta evolução, é que as paisagens se modificam de acordo com a necessidade de alguns indivíduos, para satisfazer aos interesses de

dirigentes locais (figura 5) que trazem para as cidades diversas atividades (indústrias, lazer, educação, e outras), as quais provocam o aumento populacional e como conseqüência acarretam os diversos problemas ambientais, como, por exemplo, aumento de efluentes domésticos e lixo urbano.



**Figura 5** - Dique do Tororó, Salvador/BA em 1920 (dir.) e 2006 (esq.). Fonte: acesso a home page <http://www.cidteixeira.com.br>, consulta em 01/09/2007.

A contribuição dos biólogos, geógrafos, paisagistas e urbanistas é importantíssima para conceituar o ambiente urbano, que de acordo com Moreira (1999) são relações dos homens com o espaço construído e com a natureza, em aglomerações de população e atividades humanas, constituídas por fluxos de energia e de informação para nutrição e biodiversidade; pela percepção visual e atribuição de significado às conformações e configurações da aglomeração; e pela apropriação e fruição (utilização e ocupação) do espaço construído e dos recursos naturais.

São Paulo, Rio de Janeiro e demais cidades no Brasil, são marcadas pelas conseqüências de suas atratividades, principalmente aquelas de âmbito industrial que funcionam como verdadeiros pólos impactantes (poluição do ar e do solo, etc.) contribuíram para o aumento populacional (tabela 1) o que implica na busca de novos espaços para a habitação e podem vir a causar desmatamento de áreas que por lei deveriam ser protegidas, como por exemplo, as APPs, Estações Ecológicas e Reservas Florestais são impactadas e devastadas em alguns casos para suprir o mercado imobiliário, sendo estas ocupadas por habitações regulares (condomínios, prédios, etc.) e irregulares (favelas, palafitas, etc.) estas carentes de bases fundamentais e indispensáveis (infra-estrutura) para todos e quaisquer cidadãos.

O aumento da população urbana, devido a busca por melhor qualidade de vida, origina o aumento nas cidades brasileiras. De acordo com os dados do IBGE (2001), nos últimos 30 anos a população urbana brasileira cresceu de 52,1 milhões (56%) em 1970 para 137,7 milhões (81,2%) em 2000, associados ao trânsito engarrafado, poluição do ar, rios e córregos transformados em depósitos de lixo e receptores de esgoto não tratados, com o agravante de terem se transformado em canais cimentados sem nenhuma possibilidade de vida em suas águas e em suas margens. Em vez da presença de mata ciliar, ruas asfaltadas, comunidades inteiras sem local adequado para o destino final do lixo, violência, estresse e baixa qualidade de vida.



## VULNERABILIDADE AMBIENTAL DOS ECOSISTEMAS COSTEIROS EM ÁREAS URBANAS

De fato, o caráter indissociável de sociedade e meio ambiente constitui num projeto social e ecológico ao mesmo tempo. Diante disso, o entendimento sobre vulnerabilidade ambiental, destaca-se no livro de Rachel Carson, Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), obra percussora dos alertas sobre danos provocados por insumos agrícolas aos sistemas ambientais, bem como na formulação, de autoria do filósofo alemão Hans Jonas que, enquanto as conseqüências ambientais de adoção de uma inovação ou de um avanço científico-tecnológico não puderem ser estabelecidas com aceitável grau de certeza científica, faz-se exercer a precaução ante as incertezas dos desastres ambientais (MELO E SOUZA, 2006).

A vulnerabilidade ambiental de alguns ecossistemas costeiros (dunas, manguezais, praias, entre outros) em áreas urbanas, como Salvador, Fortaleza e Aracaju são causadas pela relação sociedade-natureza, pautada na exploração dos recursos naturais, com o crescimento das cidades. Esta relação ultrapassa os limites da sustentabilidade.

Desse modo, segundo Tagliani (2003, p. 3) vulnerabilidade ambiental, significa a maior ou menor susceptibilidade de um ambiente a um impacto potencial provocado por um uso antrópico qualquer.

A expansão urbana de algumas cidades costeiras do Brasil sobre os sistemas ambientais causaram danos que afetaram a estabilidade e a capacidade dos ecossistemas, como os manguezais. Com isso, as ações antrópicas sobre os ambientes costeiros são caracterizadas como as mais impactantes.

Entretanto, não há como implantar empreendimentos sem promover a desorganização da vida social e cultural da localidade. Mas, do ponto de vista ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) deve ser concebida como um instrumento preventivo de políticas públicas, uma ferramenta de planejamento e concepção de projetos para que efetive um desenvolvimento sustentável como forma de se sobrepor ao viés economicista do processo de desenvolvimento que, aparecendo como sinônimo do crescimento econômico ignora os aspectos ambientais, culturais, políticos e sociais (MEDEIROS, 1995).

Os mecanismos contribuintes a vulnerabilidade em áreas costeiras são identificados através do extrativismo animal e vegetal nos ecossistemas flúvio-marinhos e flúvio-lacustres, as infra-estruturas urbanas, portuárias, de turismo e lazer e da prática indiscriminada da agricultura (como a carcinicultura<sup>1</sup> ó figura 6), pastagens e sivilicultura<sup>2</sup> (MELO E SOUZA, 2006).



**Figura 6** ó Atividade da Carcinicultura Marinha sobre os manguezais no Rio Grande do Norte, Fonte: **GAMA - Grupo dos Amigos do Meio-Ambiente (2006)** acesso a home page: <http://escandalo.100free.com/frontpage0.htm>, consulta em 08/09/2007.

<sup>1</sup> **Carcinicultura** é a técnica de criação de camarões em viveiros, além disso é uma atividade econômica das fazendas de camarão

A análise da vulnerabilidade ambiental dos ecossistemas costeiros busca antecipar a detecção de impactos e potenciais danos oriundos das ações humanas, visando a sustentabilidade ambiental.

No início do século XXI, os conflitos ambientais provenientes das disputas pelo controle do acesso e exploração dos recursos, intensificaram os riscos ambientais, principalmente em áreas costeiras, que segundo Ascelrad (2004):

os conflitos ambientais envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território (como em algumas cidades brasileiras), tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ó transmitidos pelo solo, água, ar os sistemas vivos ó decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ASCELRAD, 2004. p. 26).

As ações antrópicas como fatores condicionantes do risco sócio-ambiental, associados aos ecossistemas costeiros, proporcionaram, de fato, o avanço da vulnerabilidade ambiental.

## **HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA**

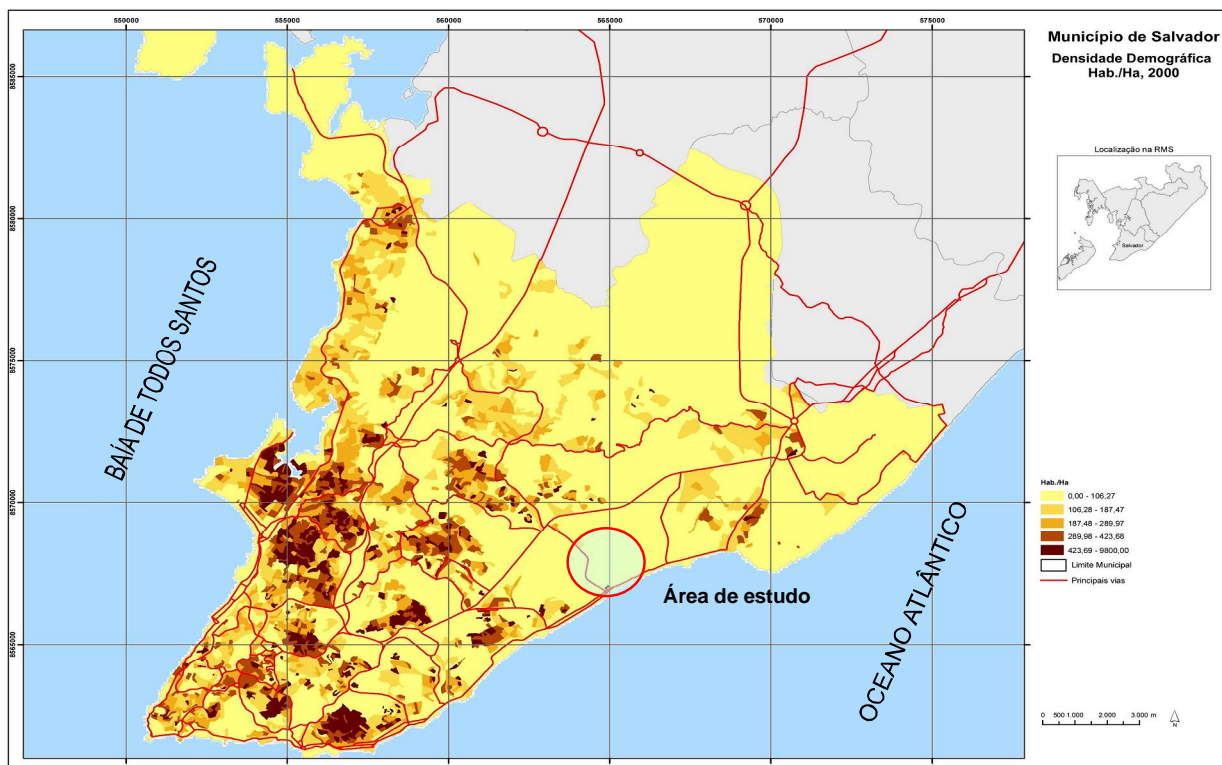
O povoamento na cidade do Salvador iniciou em torno do centro da cidade. Por volta dos anos de 1940 e 1950 o crescimento populacional significativo causado em parte, pelas migrações principalmente vindas do interior da Bahia substituiu as habitações transformando-as em locais de atividades comerciais ocasionando o deslocamento da população de alta renda para a orla marítima, já que as áreas próximas a Baía de Todos os Santos encontravam-se povoadas. (CARVALHO e PEREIRA, 2006). Tal crescimento provocou mudanças no ambiente costeiro que foi suprimido por vias, praças, rios canalizados, e habitações (condomínios fechados e protegidos da classe média alta) acarretando o aumento da área urbana, modificação da paisagem e diversos impactos ambientais na orla Atlântica de Salvador.

Conforme Carvalho e Pereira (2006), nessa fase, comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal de Salvador - PMS, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas, através da Lei da Reforma Urbana (1968). A partir de então se estruturou ao longo de três décadas um mercado imobiliário nos moldes capitalistas, colocando a área da Avenida Octávio Mangabeira em um patamar de um dos metros quadrados mais caros da cidade e uma pressão crescente sobre a ocupação da terra (BRANDÃO, 1978; FERNANDES, 2004). Além disso, o governo municipal erradicou invasões populares localizadas na orla Atlântica, área reservada ao turismo, numa outra estratégia de crescimento para a cidade. Na figura 7 observa-se que na zona leste de Salvador a concentração populacional é inferior, contudo, em termos ambientais, os problemas são expressivos. Na localidade de Patamares, por exemplo, mesmo com baixa densidade demográfica, os impactos ambientais são altos, devido à ocupação em zonas de vulnerabilidade ambiental (manguezal do Passa Vaca e áreas de dunas).

No início da década de 70, a cidade ocupava o equivalente a 30% do território do município (SEPLAN 2003). Com a implantação dos parques industriais e a construção de

---

<sup>2</sup> **Sivicultura** é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas.



**Figura 7** - Ocupação Urbana na área de estudo. Fonte: CONDER (2006)

grandes avenidas a malha urbana sofreu um grande aumento como, por exemplo, a construção das avenidas Octávio Mangabeira e a Luís Viana dentre outras.

A intensidade deste crescimento promoveu a descentralização das atividades, a predominância dos processos informais de criação do espaço urbano, e vem ocasionando desequilíbrio ecológico e vários impactos ambientais, dentre os quais, desmatamento, esgotos e resíduos sólidos domésticos e industriais, contaminação do rio, aterro e degradação do manguezal, extinção de espécies animais e vegetais, aumento de temperatura, entre outros.;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é o lugar onde se pode observar as mais variadas transformações do espaço decorrentes da ação do homem e sua evolução. À medida que estas transformações vão se consolidando, paralelamente crescem os impactos ambientais, sobretudo em função do uso e ocupação do solo e da falta de planejamento, gerando uma nova configuração espacial urbana.

Os impactos ambientais urbanos mais comuns são: o desmatamento, pavimentação e canalização dos rios, aterros de áreas consideradas APPs, efluentes domésticos e industriais, dentre outros, que provocam diversos danos à população, assim como a vulnerabilidade nos ecossistemas, como os manguezais. Desta forma, as mudanças nas paisagens são marcantes por apresentarem características comuns devido o crescimento sócio-econômico e especialmente por causar degradação no ambiente natural.

O processo de urbanização vem contribuindo para uma nova estruturação em Salvador. A redução do manguezal em estudo, a poluição dos rios, dentre outros impactos ambientais em zona



costeira são resultantes desse intenso crescimento populacional, que obedece ao mercado imobiliário sem nenhuma restrição quanto a degradação da natureza.

Em se tratando do crescimento urbano em Salvador, é perceptível, que o processo da expansão da cidade se intensificou de forma acelerada a partir de 1970, e como consequência, houve a degradação de ecossistemas costeiros dentre eles, o manguezal do Passa Vaca. Tal impacto provocou a redução da área deste manguezal e, sobretudo perda da sua potencialidade como fonte alimentícia, devido ao alto teor de poluição decorrente principalmente de resíduos domésticos. Além disso, o ecossistema em questão, que servia como área de visitação pública atualmente é refugio de marginais (como foi observado durante a visitação técnica na área de estudo).

Os adensamentos das áreas ocupadas, associada à especulação imobiliária contribuíram com a ocupação do solo na área do manguezal do Passa Vaca. Os imóveis construídos possuem autorização de construção da PMS e dos órgãos competentes, como os condomínios Veredas do Atlântico I e II e o Verdes Mares (este em construção durante a pesquisa) que em sua maioria, pertencem a membros de classes média e alta. Portanto, é necessário que haja aplicação das políticas ambientais e que as leis não fiquem exclusivamente como normas a serem seguidas sem a devida atuação. Outros fatores mais contribuíram para os impactos ambientais na área de estudo foi a falta de educação ambiental juntamente com a ausência de consciência ecológica que vise a conservação ou a preservação da natureza.

O intenso crescimento populacional provoca transformações no meio natural, dessa forma, alteram-se as dinâmicas ambientais dos diversos ecossistemas. O manguezal do Passa Vaca é um desses exemplos, por está localizado na área urbana de Salvador, encontra-se degradado, desprotegido e vulnerável aos diversos impactos ambientais decorrentes de atividades urbanas.

Todavia, se o crescimento urbano no Passa Vaca continuar de forma acelerada servindo exclusivamente ao setor imobiliário, sem nenhuma preocupação com a preservação do último remanescente de manguezal da orla atlântica de Salvador, a tendência é que todo este ecossistema seja extinto, modificando totalmente a paisagem do lugar dando origem a novas vias e condomínios luxuosos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**: esboço metodológico. São Paulo, v.13, p. 11-27, 1971. Caderno de Ciências da Terra.

BRANDÃO, M. de A. **Origens da expansão periférica de Salvador**. Planejamento. Salvador, abr./jun., 1978.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.) **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO. **O nosso futuro comum**: Lisboa: Meribérica/liber, 1987.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, Salvador, 2007.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução CONAMA n° 001 (20/01/1986), n° 303 (20/03/2002) e n° 341, (25/09/2003) ó Disponível em: [www.mma.gov.br/conama](http://www.mma.gov.br/conama). Acesso 26/05/2007.

COPQUE, A. C. S. M; SILVA, M. N. A; GIUDICE, D. S. A. **Degradação Ambiental no Manguezal do Rio Passa Vaca Decorrente do Processo da Expansão Urbana da Cidade de Salvador ó Bahia ó Brasil**. In: XI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE GEÓGRAFOS, Bogotá ó Colômbia. 2007.

CORREA, R. L. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, R. B., **Processos Recentes de Urbanização / Segregação em Salvador: O Míolo, Região Popular e Estratégica Da Cidade**. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona V. 9 n. 523, 2004.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.); **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ó IBGE. Disponível em< [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 01 set. 2007.

MEDEIROS, J. D., Avaliação de Impacto Ambiental In: **Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, 47, 1995.

MOREIRA, A.C.M. L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Material didático da disciplina de pós-graduação AUP 5861 - Políticas públicas de proteção do ambiente urbano. São Paulo: 1999.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR ó PDDU. Disponível em: < [www. Seplam. Salvador. ba. gov.br/pddu2006/conteúdo/títulos](http://www.Seplam.Salvador.ba.gov.br/pddu2006/conteúdo/títulos)>. Acesso em : fev. 2006.

SANTOS, M. **técnica, espaço, tempo**. São Paulo, Hucitec, 1994.